

SECA E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: ADAPTAÇÃO AO MEIO E PATRIMONIALIZAÇÃO DA CAATINGA NO NORDESTE BRASILEIRO

Caio Maciel e Emílio Tarlis Pontes

Rio de Janeiro: Consequência, 2016

Thiago Romeu

Universidade Federal de Campina Grande, Unidade Acadêmica de Geografia, Campina Grande, PB, Brasil

O livro de Caio Maciel e Emílio Tarlis Pontes é uma obra de destaque. Como um desdobramento de suas teses de doutoramento, traz investigações consistentes e relevantes ao conjugar temas e abordagens que normalmente não são tratados em conjunto. Suas pesquisas se somam aos atuais esforços de diversos pesquisadores que têm contribuído para desvendar e elucidar as tramas ecológicas e os sentidos subjetivos da paisagem da caatinga, bem como dos múltiplos significados do Nordeste, região que tem tardado em ter pleno reconhecimento na dinâmica territorial brasileira.

As contribuições de Maciel e Pontes vão muito além de uma mera valorização da caatinga enquanto bioma que precisa de conservação com vistas à sua proteção e reprodução. Seus escritos, de cariz geográfico metodologicamente irrepreensível, mobilizam elementos que apontam a caatinga como patrimônio fitogeográfico natural, envolvida desde sempre no processo histórico do Nordeste, constituinte fundamental da terra e do homem do sertão.

Um dos elementos relevantes da obra é a abrangência, sem perda de profundidade, com que se desenrola a apresentação dos temas acerca do semiárido. A aguçada percepção dos autores fez com que mantivessem ao alcance diversos aspectos do tema, correlacionando os já apresentados e agregando novas e importantes informações, o que tornou prazerosa a leitura e difícil a tarefa de comentar o texto criticamente. A abertura se dá com a apresentação do tema do livro inserindo-o no debate contempo-

râneo sobre a política global da natureza, mostrando os nexos e as tensões entre a patrimonialização das paisagens naturais e a participação ativa dos habitantes tradicionais das áreas patrimonializadas. O estudo em tela versa sobre reservas de caatinga nos sertões secos do Nordeste, tendo como recorte espacial a *Mata da Pimenteira, Sertão do Pajeú*, estado de Pernambuco.

A questão central envolve uma discussão recente, mas de longa gestação, que é o dualismo entre a noção de adaptação ambiental (de influência determinista) e uma abordagem mais sofisticada e complexa que é a de convivência (associada à concepção geográfica de gênero de vida). A intenção dos autores é mostrar o quanto esse debate se insere na “ecologia política da globalização”, envolvendo a influência dos discursos de mudanças climáticas, patrimonialização da paisagem e da valorização dos sujeitos e comunidades tradicionais. Esse dualismo se evidencia no uso das expressões “combate à seca” e “convivência com o semiárido” e nas políticas e práticas que vêm sendo adotadas por agentes públicos e movimentos sociais que tentam estabelecer critérios para a lida com as dinâmicas da natureza dos sertões secos e os novos cenários climáticos apresentados pelo *International Panel on Climate Change* (IPCC).

O trabalho se apresenta como esforço teórico que abarcaria sinteticamente todo o semiárido no Brasil ou região correspondente à área afetada ciclicamente pelas *secas*, popularmente conhecida como *Sertão*. É o que demonstra a icônica imagem dos inselbergs de Quixadá, no sertão central do Ceará, exibida na capa do livro. Porém, a área de pesquisa empírica restringiu-se a dois municípios da microrregião do *Sertão do Pajeú* no estado de Pernambuco, Afogados de Ingazeira e Serra Talhada, denotando as similitudes entre as diversas localidades da extensa área compreendida como semiárido nordestino. A propósito das imagens, há uma inexplicável ausência de fotografias ou gravuras das localidades pesquisadas empiricamente, salvo as três únicas fotos (duas em tamanho reduzido e todas em planos fechados) que não dimensionam amplamente a paisagem. Este é um débito do livro, pois, afinal, a argumentação em torno da patrimonialização paisagística da caa-

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n2p399>

tinga, ainda que seja para refutá-la, implica na sua valorização pictórica, especialmente da *Mata da Pimenteira*, lócus da pesquisa.

O capítulo 1, intitulado *A Patrimonialização da Caatinga: Legitimando uma paisagem peculiar*, visa a caracterizar a caatinga enquanto conjunto de ecossistemas característicos da porção interior do Nordeste brasileiro, especificamente do Agreste e Sertão, constituintes de um bioma estratégico em virtude de sua alta biodiversidade com semelhanças e peculiaridades em relação a outras *dry lands* do planeta. Não obstante a paisagem ser marcada por concepções ligadas à desolação e à hostilidade natural, o semiárido brasileiro é o mais populoso do mundo. Isso possibilita a multiplicidade de formas de ocupação da região, na mesma sorte da biodiversidade, configurando uma “identidade geográfica” elaborada na relação entre caatinga, secas e sistema socioeconômico intensamente excludente. A patrimonialização da caatinga parece ter, então, um duplo impacto: por um lado, insere territórios outrora estigmatizados na dinâmica global de governança ambiental. Por outro, licencia áreas não reservadas à destruição ilimitada, sobretudo, por agentes de maior poder econômico e político, enquanto a população mais vulnerável passa a ver suas práticas tradicionais perseguidas e punidas nas áreas precária ou seletivamente protegidas. Em função disso, os sujeitos do semiárido têm se organizado, assumindo posições de destaque e tomada de decisão frente aos órgãos do Estado, de modo a oferecer soluções e alternativas às políticas públicas, com vistas à “construção de resiliência” dos sertanejos. Esse é o caso da Articulação do Semiárido (ASA) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ambas com um discurso consolidado em torno da noção de valorização do semiárido e da convivência com os rigores ambientais.

O capítulo seguinte, sob o título *O conceito de adaptação sob a ótica da “convivência com o semiárido”*, faz a apresentação da noção de adaptação numa perspectiva escalar do global ao local. O discurso sobre a *adaptação* ambiental está fundamentado na agenda global sobre mudanças ambientais, engendrada pelo IPCC, que vaticina quadros mais dramáticos de estiagens para diversas regiões do planeta, entre elas o semiárido nordestino. A pauta da adaptação tem evocado a antiga noção de combate

à seca, que remete a tristes memórias para os sertanejos. Um resultado adicional deste discurso foi a propiciação da ascensão de outro discurso que tem se colocado como antitético, que é o da *convivência com o semiárido*, embutindo a valorização da caatinga como pré-condição para tal convivência. Para darem conta deste conjunto de reflexões e práticas, os autores analisaram os discursos numa perspectiva da geografia cultural, considerando aspectos teóricos dos dois conceitos destacados.

A análise considerou as estruturas sociais e políticas como elementos que têm contribuído decisivamente para a elaboração dos discursos em questão, examinando, inclusive, seu caráter perverso afirmado na manutenção das práticas paternalistas. Apesar dessa consideração, os autores declinam de uma tomada de partido, como forma de se manterem isentos frente a questão conceitual. Além disso, o posicionamento declarado é uma das características dos discursos pela valorização da convivência. Reconhecem, porém, que mesmo a redução da dependência dos agricultores em função das políticas de melhoria de renda dos últimos anos não foi suficiente para melhorar a vida dos sertanejos, haja vista não haverem políticas claras de valorização dos saberes desses sujeitos. Em que pesem os esforços de tornar os sertanejos sujeitos mais autônomos, seja numa abordagem da adaptação, seja na abordagem da convivência, o discurso do *combate à seca* é um espectro a ser repellido, pois remete à famigerada “indústria da seca”, símbolo do atraso e da manutenção do quadro de dependência dos sertanejos.

A terceira e última parte tem como epíteto *Lugares da Convivência e da Patrimonialização no Sertão Pernambucano*. Neste, que é o maior capítulo da obra, apresenta-se o modo como os discursos da patrimonialização, da adaptação e da convivência tomam forma em políticas públicas, ações dos movimentos sociais, recortes territoriais e legislações com vistas a transformar as práticas e o imaginário sertanejo em relação ao semiárido. As relações entre a esfera pública, representada pelo Estado em seus níveis estadual e municipal, e as comunidades dos municípios de Afogados de Ingazeira e Serra Talhada servem de recorte analítico que corroboram as análises até esse ponto apresentadas. O primeiro possui um histórico de processos vinculados ao discurso da

convivência, em que ficam patentes o associativismo, práticas agroecológicas e o uso de tecnologias sociais que visam à “construção de resiliência” do sertanejo. O segundo, cujas trajetórias são mais associadas à retórica da adaptação, materializa a geopolítica do sertão e a lógica da patrimonialização da natureza. Tais condições são evidenciadas na criação da Unidade de Conservação da *Mata da Pimenteira* – a primeira do Nordeste com a finalidade específica de proteger e resguardar a biodiversidade e a paisagem da caatinga.

Nesse mesmo capítulo, Maciel e Pontes analisam três retóricas: a da *singularidade* da caatinga, a da *reconhecimento* do valor do semiárido e a da *coexistência*. Com base na noção de referentes ideológicos proposta por Vincent Berdoulay, percebem que as retóricas não estão presentes apenas nos discursos, mas se materializam em *narrativas geossimbólicas* que assumem a forma de leis, políticas públicas e práticas de políticos, gestores e movimentos sociais e no cotidiano sertanejo.

Finalmente, reservam a última seção para as considerações finais, quando são apresentadas algumas constatações e conclusões, entre elas a de que em eventos climáticos extremos, como se demonstrou na atual estiagem iniciada em 2011, o uso das tecnologias sociais melhorou significativamente a “resiliência” do sujeito sertanejo, deixando-o menos dependente das políticas paternalistas/clientelistas de combate à seca, mas ainda não foram capazes de dar a ele total autonomia e segurança hídrica. Contudo, tanto as noções/práticas de patrimonialização quanto as de convivência têm promovido uma “reinvenção” do Nordeste a partir do viés ambiental, permitindo um protagonismo que o insere na ecologia política global por meio de uma geopolítica da caatinga, atribuindo, assim, destaque ao semiárido brasileiro, seja do ponto de vista ambiental, seja das narrativas simbólicas.

É preciso lembrar, todavia, que o trabalho se insere no contexto da “ecologia política da globalização”, tendo como fundamento científico as avaliações do IPCC, principal referência sobre a análise climática global. Em meu juízo, faltou aos autores assinalar que a subsunção às avaliações climáticas do IPCC é uma opção mais política que científica, visto não ser um discurso unânime. Mesmo no Nordeste, há importantes pesquisadores, como Luiz Car-

los Molion, cujas análises climáticas são citadas no livro, que não considera verossímeis as posições do IPCC, pois, segundo ele, tal instituição teria primeiramente comprometido a projetos macroeconômicos demonstrados por manipulação de dados, pondo em dúvida suas conclusões. Embora polêmica, a dúvida primordial proposta por Molion parece se agregar como elemento decisivo na discussão da geopolítica da natureza. Um importante referente ideológico de outra escala que, se considerado, talvez não influísse em desdobramentos diferentes dos identificados pelos autores, mas associaria de modo ainda mais nítido o discurso global às práticas locais.

Mesmo considerando o refinamento acadêmico e a relevância do tema, há no texto uma questão não resolvida, que, ao longo da discussão, parece não ser levada em consideração: a nítida diferenciação das expressões “semiárido” (indicativo de semiaridez climática), “caatinga” (paisagem e bioma) e “sertão” (espacialidade geo-histórica carregada de ampla variedade de significados). Esta, talvez, seja a única fragilidade no desenrolar da argumentação, pois, em alguns momentos, deixa o leitor em dúvida quanto aos sentidos das expressões. Somente nas considerações finais fica explícito que a ausência de diferenciação não é resultado de confusão teórico-conceitual, mas de uma opção, assim como foi uma escolha a recusa em oferecer uma nomenclatura inovadora que congregasse as características específicas dessa região. A explicação tardia pode sugerir ao leitor uma confusão e não uma escolha, dando a impressão de que há uma noção de região *a priori*, interseccionando o clima semiárido, o bioma caatinga e a cultura sertaneja, numa espécie de região geográfica *lablacheana* não declarada.

As críticas em nada reduzem a importância e a necessidade da publicação e as opções dos autores demonstram nitidamente a apurada pesquisa e o domínio dos temas, refletindo-se, por exemplo, na preferência em manter na centralidade da obra a categoria “semiárido”. Tal expressão, que identifica um tipo climático presente em diversas partes do planeta, quase sempre tangenciando regiões áridas, foi mantida como recorte geográfico a despeito de suas controvérsias. No Brasil, a abrangência espacial desse clima levou a uma singularidade regional que torna essa espacialidade única no planeta, tanto no que se

refere às dinâmicas socioambientais quanto à diversidade paisagística. Mas, então, por que os autores insistiram no termo? Numa compreensão geral da obra, entende-se que o “semiárido” se expressa, no contexto brasileiro, para além do seu valor climático, é mais que um recorte espacial, é uma retórica que tem permitido a construção de discursos ao longo da história de produção e ocupação do espaço nordestino, isto é, há 500 anos.

Em última análise, o texto fluido, mesclando erudição e expressões populares, empresta a escrita um estilo convidativo a leitores de amplo espectro acadêmico interessados nas discussões regionais. Ainda que se possa (e deva) questionar as escolhas

metodológicas dos autores, a exposição da pesquisa é irrepreensível e o livro desde já se coloca como uma ferramenta intelectual e metodológica de grande valia para a análise não só do quadro natural do Nordeste (o que já seria grande mérito), mas, acima de tudo, para a compreensão das inextricáveis relações entre esse quadro natural e a construção das coletividades sertanejas no contexto do início do século XXI.

Thiago Romeu é graduado e mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); professor adjunto na Unidade Acadêmica de Geografia (UAG) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).
E-mail: thiago_romeu2000@yahoo.com.br